

# A CRÍTICA DE LITERATURA PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE EM PORTUGAL

---

JOSE ANTÓNIO GOMES

---

Confrontado com a pergunta que me serve de ponto de partida — como e onde se faz crítica de literatura para a infância e a juventude? —, o primeiro impulso é o de escrever que, em Portugal, praticamente não existe crítica regular de livros para crianças e jovens. Devo, no entanto, matizar a afirmação acrescentando desde já que, sobretudo a partir de inícios da década de noventa, se observaram sinais positivos de evolução, ligados ao aparecimento de uma nova geração de estudiosos — que não de críticos regulares.

Para melhor dar conta deste panorama, começo por proceder a uma distinção. Considerarei, em primeiro lugar, o que designo como crítica jornalística ou de divulgação crítica. Englobo neste campo não apenas os textos relativamente curtos, com o formato da recensão crítica, que habitualmente são publicados nas secções de livros dos jornais de referência, diários ou semanários, ou de certas revistas de carácter literário (em Portugal o *Público*, o *Diário de Notícias*, o *Expresso*, a revista *Ler*), mas também os que vêm a lume em periódicos culturais como o *JL — Jornal de Letras Artes e Ideias* e em publicações destinadas a pais ou profissionais da educação como os *Cadernos de Educação de Infância*, a *Noesis* e outras. Nesta categoria poderiam incluir-se também as recensões críticas de carácter mais especializado, isto é, escritas por especialistas ou divulgadores do livro

infantil e juvenil, que se publicam em revistas dedicadas ao estudo, divulgação e crítica de livros para crianças. Acontece que, neste último caso, é quase constrangedor ter de reconhecer que, só muito recentemente, se assistiu em Portugal ao arranque de um periódico (o primeiro) cujos responsáveis se encontram empenhados neste tipo de intervenção: chama-se *Malasartes — Cadernos de Literatura para a Infância e a Juventude*. Além desta revista, importa citar o pequeno boletim do CRILIJ, um grupo de professores e bibliotecários escolares, sediado no Porto, que se autodesignou como Centro de Recursos e Investigação sobre Literatura para a Infância e a Juventude. Deste boletim, dirigido por Henrique Barreto Nunes, foram publicados os números 0 e 1 no ano de 2001.

Considere-se um segundo tipo de crítica: a de matriz universitária, publicada em livro, em revistas académicas ou literárias mais especializadas (como a *Colóquio/Letras*) ou ainda em actas de seminários e colóquios. Em geral, tais ensaios, assentes em pressupostos metodológicos mais ou menos assumidos, versam sobre a obra de um determinado autor, um género, uma tendência ou sobre aspectos da história da literatura para a infância. Em Portugal, a maior parte dos exemplos deste tipo de crítica — refiro-me sobretudo à publicada em livro — resulta da circunstância de os seus autores, para efeito de obtenção de graus académicos, terem optado por elaborar teses universitárias no âmbito da literatura para a infância. Nos últimos dez anos, tal situação — reveladora de uma abertura gradual, mas não isenta de resistências, a esta área da investigação por parte do mundo universitário — favoreceu o aparecimento de estudos, alguns de grande qualidade, sobre temas como os contos tradicionais, as rimas infantis, a poesia para a infância ou ainda sobre autores como Aquilino Ribeiro, Virgínia de Castro e Almeida, Irene Lisboa, Matilde Rosa Araújo ou Sophia de Mello Breyner Andresen. Recorde-se a propósito que só em 2000 foi defendida a primeira tese de doutoramento relacionada com esta área dos estudos literários portugueses, o que aconte-

ceu, não por acaso, numa universidade estrangeira. Falo da tese de Francesca Blockeel sobre identidade e alteridade na literatura juvenil portuguesa, editada pela Caminho em 2001 (v. Blockeel, 2001). Registe-se ainda que, até 1990, eram praticamente inexistentes os estudos deste tipo e que apenas tinham sido editadas, até essa data, duas histórias da literatura portuguesa para crianças, uma de Maria Laura Bettencourt Pires (1983) e outra de Natércia Rocha (1984), autora também da mais completa *Bibliografia Geral da Literatura Portuguesa para Crianças* (1987) até hoje publicada (a primeira data dos anos vinte deste século e é da responsabilidade de Henrique Marques Júnior (1928)).

Aproveite-se, desde já, para assinalar a quase inexistência em Portugal de estudos merecedores de atenção sobre a ilustração de livros infantis. Neste ponto, encontramos-nos praticamente na estaca zero. E acrescente-se por outro lado que, nos últimos vinte anos, tanto quanto é do meu conhecimento, se contam pelos dedos de uma mão os estudos sobre autores estrangeiros editados por ensaístas portugueses. Apenas me vêm à memória uma obra sobre Andersen, outra sobre Tolkien, uma terceira sobre o brasileiro Monteiro Lobato e uma quarta sobre Jules Verne (v., respectivamente, Duarte, 1995; Monteiro, 1992; Vale, 1994; e Jorge, 2000).

De notar, ainda, a circunstância de não existir em português qualquer estudo de fundo (refiro-me a teses ou a ensaios publicados em livro que lhe sejam exclusivamente consagrados) sobre a escritora portuguesa de narrativas juvenis mais conhecida em Portugal e no estrangeiro. Falo, como é evidente, de Alice Vieira, finalista dos Prémios Hans Christian Andersen de 1996 e 1998 e autora de, entre muitas outras obras, *Rosa*, *Minha Irmã Rosa*, *Flor de Mel* ou *Os Olhos de Ana Marta*. Esta incompreensível falta de estudos aprofundados sobre a escrita da autora portuguesa de livros para jovens mais traduzida no estrangeiro é reveladora não só do triste estado actual da crítica em Portugal mas também das sobranceiras reservas e desconfianças com que a crítica universitária continua a encarar este

tipo de produção literária. Tal atitude reflecte-se nas opções dos universitários ao procurarem um tema de tese: preferem (ou são quase coagidos a) abordar um escritor do passado, conhecido, aparentemente legitimado ou semilegitimado, ainda que a sua produção possa ser de qualidade estética discutível.

Debruçar-me-ei, em seguida, sobre a divulgação crítica e a crítica de raiz universitária. No tocante aos textos de divulgação crítica publicados em jornais e em revistas, o panorama é desanimador. São raríssimos, nos diários e semanários de referência, os textos sobre livros infantis. Neste domínio, a situação, hoje, é porventura pior do que há quinze ou vinte anos, porquanto a maioria dos órgãos da imprensa escrita de maior circulação deixou de publicar os chamados suplementos literários — que, nas décadas de setenta e oitenta, ainda podíamos ler em jornais como o *República*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular* e o *Diário* (importantes periódicos entretanto desaparecidos) ou ainda em *O Comércio do Porto* e no *Jornal de Notícias*. Actualmente, apenas dois diários nacionais mantêm suplementos deste tipo: o *Público* e o *Primeiro de Janeiro*.

É claro que em vários jornais e em algumas revistas é possível descobrir esporádicas notas de poucas linhas sobre um ou outro livro infantil. Considerá-las como críticas seria contudo despropositado. Trata-se, sim, de textos elaborados por jornalistas que em geral não lêem as obras e cujos escritos se baseiam nas informações editoriais ou em paratextos autorais ou editoriais insertos nas badanas ou nas contracapas dos livros.

Registe-se até a insólita situação de, no único jornal quinzenal cultural que se publica no nosso país, o *JL*, a atenção dedicada ao livro infantil ser mínima. Quanto à principal revista literária portuguesa, *Colóquio/Letras*, que nos anos oitenta e princípios de noventa esporadicamente publicava resenhas sobre livros infantis, abandonou quase por completo tal prática.

Merecem por isso elogio dois periódicos de diferente natureza que são honrosas excepções à pobreza do panorama vigente: o *Expresso* e a *Rua Sésamo* — embora esta última tenha

visto a sua publicação suspensa há poucos anos. No primeiro, o semanário português de maior tiragem, publica-se, sensivelmente uma vez por mês, uma recensão crítica sobre um livro infantil ou juvenil, sendo que a extensão do texto não excede em geral o equivalente a uma página e meia a duas páginas A4. Tais recensões são asseguradas sobretudo pelo autor destas linhas ou por outros colaboradores. No *Guia de Pais e Educadores de Rua Sésamo*, publicava Alice Vieira, mensalmente, um conjunto de quatro ou cinco notas críticas sobre livros especialmente destinados a crianças — intervenção útil e regular, a que adiante voltarei.

Em alguns aspectos, que não o da extensão dos textos, os numerosos artigos publicados em 1999 sobre o livro *Harry Potter e a Pedra Filosofal* — primeiro volume da série de sucesso mundial criada pela escritora britânica J. K. Rowling — são paradigmáticos da forma como em Portugal se aborda o livro para crianças. Tive acesso ao volumoso *dossier* de imprensa enviado pela editora para os jornais. Aí se incluíam artigos entretanto publicados pelos *media* norte-americanos, ingleses, franceses e espanhóis. Tal como no resto do mundo ocidental, várias peças surgiram na imprensa portuguesa. Mas quase todas elas se basearam no material do referido *dossier* e surgiram assinadas por pessoas que, em muitos casos, não leram a obra de J. K. Rowling. Interessaram-lhes sobretudo os incidentes da vida privada, designadamente os relativos à fase em que a autora viveu em Portugal (mais concretamente na cidade do Porto), durante a qual ensinou num instituto de línguas e teve uma filha de um português, até regressar por fim à Escócia onde, ao fim de algum tempo no desemprego, se lhe abriram, como num conto de fadas, as portas douradas do sucesso literário, e sobretudo económico, com a publicação de *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. Em geral, as notas sobre livros infantis em jornais e revistas de grande difusão dão pois atenção a aspectos extraliterários, ou limitam-se a reproduzir passagens dos elementos paratextuais ou de informações enviadas para a imprensa pelas editoras.

Recorde-se no entanto, e uma vez mais, uma excepção à regra: durante anos, primeiro no *Diário de Notícias*, uma vez por semana, e depois no *Guia de Pais e Educadores* da extinta revista *Rua Sésamo*, uma vez por mês, a escritora Alice Vieira manteve uma secção dedicada ao livro infantil e juvenil. Em textos muito curtos, numa linguagem compreensível por quase todos e destinada sobretudo ao grande público (pais, professores...), a autora propunha sínteses de obras entretanto publicadas, incorporando nos textos breves comentários críticos que esclareciam e orientavam o adulto comprador de livros infantis. Tratava-se no entanto, e ainda, de uma intervenção situada no âmbito da «crítica divulgativa» (utilizo aqui a expressão de Diego Gutiérrez del Valle (1999: 9)), embora extremamente necessária, tendo em conta o público a que se destinava: pais e educadores.

É pois nas escassas teses e ensaios publicados em livro por estudiosos de formação literária, bem como em comunicações e conferências apresentadas em congressos e colóquios, que se encontram em Portugal os esforços mais consequentes de produção de uma crítica de literatura para a infância e a juventude. Reconheça-se, contudo, que tais textos nem sempre atingem um público alargado de bibliotecários, pais e educadores, os quais necessitariam também da orientação fornecida por essa crítica, tendo em conta o seu papel de mediadores entre o livro e a criança. Assente numa base onde se conjugam, nem sempre de modo fácil e linear, a história literária e a poética, os instrumentos de análise oriundos de várias disciplinas dos estudos literários e, bem assim, certos elementos de psicologia infantil e de pedagogia, essa crítica, nos melhores casos, fundamenta os seus critérios de selecção e valoração, os quais permitem distinguir o trigo do joio no domínio da vasta produção literária e paraliterária para a infância. Mas, porque é escassa e comodamente atenta sobretudo aos valores mais seguros (isto é a uma meia dúzia de escritores actuais já consagrados e a três ou quatro autores mais antigos, mas de certa forma canonizados), e porque se confronta também com a quase inexistência

de periódicos especializados onde possa ser exercida, a crítica portuguesa de literatura para a infância e a juventude não tem conseguido cumprir com regularidade o seu papel de acompanhamento, de selecção/orientação e eventual valorização, em face das obras que vão sendo editadas. Quanto aos balanços anuais da produção literária levados a cabo pelo Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários e publicados na revista *Vértice*, estão longe de suprir tal lacuna, já que, além de terem um carácter globalizante, debruçando-se sobre a produção de todo um ano, dificilmente chegam ao conhecimento da maioria dos leitores adultos de literatura para crianças. Acresce que a escassez de oportunidades para intervir criticamente, seja em encontros seja em publicações periódicas, contribui para que a crítica de literatura para a infância e a juventude privilegie, repito, os «consagrados» — e note-se que, em geral, esta «consagração» não tem sequer reflexos no âmbito da crítica literária *tout court*, funcionando, por assim dizer, em circuito fechado. A produção mais actual é praticamente ignorada, não se reservando tão-pouco qualquer tipo de atenção para as obras de qualidade medíocre, ilustradas de forma banal ou com imagens desprovidas de valor artístico — obras essas que deveriam ser, com mais frequência, objecto de críticas negativas fundamentadas.

Passando para o domínio da ilustração, sublinhe-se que, em Portugal, quase ninguém se dedica com um mínimo de profundidade a uma análise séria da imagem e das suas relações com o texto verbal no livro para crianças. São raríssimas as apreciações críticas fundamentadas e, em resenhas e artigos, as referências à componente icónica do livro são em geral de tipo impressionista, parcimoniosas ou, pura e simplesmente, nulas — o que de certo modo se entende (mas se lamenta), se se tiver em conta que os poucos que em Portugal se dedicam à crítica de livros infantis (e nesses me incluo) possuem uma formação essencialmente literária e, na sua maioria, não dominam nem a linguagem da imagem nem a sua metalinguagem; as diferentes

técnicas da ilustração são mal conhecidas e a concepção gráfica dos livros infantis é quase sempre ignorada.

Esta situação é tanto mais problemática, quanto, no nosso panorama editorial — falo apenas de livros portugueses —, o álbum ilustrado de qualidade para crianças entre os dois e os sete anos ocupa uma ínfima parte da produção (dois a três livros por ano, se tanto). Daí que promover a reflexão teórica e crítica sobre este tipo de obras contribuiria, talvez, para influenciar os editores e os próprios ilustradores e escritores no sentido de se encarar esta produção com maior seriedade e com um nível mínimo de especialização.

Foi para reagir ao estado de coisas aqui exposto que, juntamente com Maria Elisa Sousa, com a editora portuense Campo das Letras e sob a orientação artística de António Modesto (ilustrador, *designer* gráfico e professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto), fundei a revista *Malasartes* — *Cadernos de Literatura para a Infância e a Juventude*. A expectativa de ir ao encontro de um público maioritariamente constituído por professores e bibliotecários obrigou contudo a coordenação da revista a conceder algum espaço a temas relacionados com a pedagogia e a promoção da leitura.

Em *Malasartes*, procuramos conjugar três modalidades de intervenção crítica que nos parecem, cada uma à sua maneira, relevantes: o pequeno ensaio sobre aspectos históricos, tendências e géneros ou sobre a obra de um autor ou de um ilustrador; a recensão e a nota (as duas últimas situadas no âmbito da divulgação crítica). No entanto, a circunstância de só agora dispormos em Portugal de um periódico deste tipo é bem reveladora do atraso em que nos encontramos.

Importa ter a consciência de que a crítica de livros para crianças e jovens é exigente e não se compadece com alguns autodidactismos e boas-vontades que têm prevalecido. É impossível ignorar os diferentes géneros desta literatura, a especificidade de cada um, a diversidade dos públicos a que toda essa produção se dirige: o livro de imagens e o álbum com tex-



to de curta extensão para crianças em idade pré-escolar; o conto; a poesia e as «rimas infantis»; os recontos de narrativas da tradição oral; o texto dramático; a ficção juvenil nas suas diferentes modalidades: a de orientação «realista», a narrativa em forma de diário, o policial, o fantástico, a ficção científica, o relato de fundo histórico...

Todos estes géneros ou subgéneros suscitam problemas particulares e, em relação aos livros destinados aos mais pequenos, é desejável, para não dizer imprescindível, o recurso a instrumentos de análise que permitam ler e interpretar um discurso de características peculiares, um discurso semioticamente complexo que se contrói a partir de uma por vezes subtil combinação de unidades linguístico-textuais e de unidades icónicas, as ilustrações, que se não limitam a acompanhar e a servir de meros elementos decorativos do discurso verbal.

No que respeita à difusão da crítica, é essencial manter na ordem do dia a reivindicação e a conquista de espaços de intervenção nos órgãos de comunicação social, de forma a garantir uma crítica de divulgação regular, de tipo mais jornalístico, menos ambiciosa do que a de pendor ensaístico, mas, na medida do possível, especializada — instrumento essencial a todos aqueles a quem cabem tarefas de selecção, orientação e aconselhamento em matéria de leitura: bibliotecários, educadores, animadores e pais. Não se acalente, contudo, a ilusão de que hoje esse tipo de crítica possa assumir formas muito diferentes das da simples recensão. Exija-se, no entanto, que, mesmo dentro desse limitado formato, a crítica seja argumentativa e esclarecedora (sem no entanto limitar o alcance da obra), literária e artisticamente informada, e forneça elementos que permitam enquadrar, ainda que de forma necessariamente sintética, uma determinada obra na história de um género ou subgénero, numa tendência e, eventualmente, no conjunto da produção do respectivo escritor ou ilustrador. Importa, neste aspecto, analisar e revelar o caminho de um autor, assinalar recorrências ideotemáticas e técnico-expressivas, avaliar os conseguimentos

de um determinado percurso evolutivo e identificar marcas de um estilo pessoal que, no seu conjunto, vão ajudando a construir o perfil de um determinado criador literário. Só assim a crítica de divulgação pode desempenhar eficazmente o seu papel, funcionando também, nuns casos, como um apelo esclarecido e esclarecedor à leitura e, noutros, como um convite desapaixonado e isento à rejeição.

Tanto no domínio da crítica de formato ensaístico como no âmbito da crítica de divulgação, penso que é impossível não ter em conta o destinatário potencial da obra de literatura para a infância e, desse ponto de vista, partilho — com algumas cautelas — da opinião de Diego Gutiérrez del Valle (1999: 10) quando escreve:

*factor a considerar es el del supuesto destinatario de la obra: el lector infantil y juvenil. Sus capacidades intelectuales, aptitudes lingüísticas, su mundo de valores, referencias morales, en definitiva, su psicología son diferentes según la edad y están en permanente evolución. ¿Se deben tener en cuenta o la crítica de LIJ ha de mantenerse al margen y ceñirse exclusivamente a lo literario? Nosotros sostenemos que son elementos de los que en ningún modo se puede prescindir, aunque sabemos que esta opinión no siempre es compartida. Hay quien discute el manejo de puntos de vista psicopedagógicos por extraliterarios y como vía de posible penetración de didactismos y moralismos rechazables. Sin embargo, es precisamente a través de esos puntos de vista que tienen en cuenta la psicología del niño como se pueden denunciar, por ejemplo, los libros de contenido aleccionador en un sentido estrecho y aquellos otros que presentan un mundo de referencias morales claramente inconvenientes para el momento evolutivo del supuesto destinatario.*

E o mesmo crítico acrescenta:

*la crítica de LIJ se configura como un campo específico de la crítica literaria en general, caracterizado por la integración de discipli-*

*nas de diferentes procedencias en un delicado trabajo de encaje, casi creativo, en el que la intuición representa un papel importante (id., ibid.).*

Este tipo de observações não deve, no entanto, alhear-nos de uma certa consciência da génese da própria literatura para a infância e do modo problemático como esta evoluiu ao longo da História — aspecto que normalmente conservo como pano de fundo do meu discurso crítico neste domínio. Com efeito, como lembra Joana Matos Frias (2000: 6):

*A história dos textos que com alguma perversidade reunimos sob a designação dúbia «literatura infantil» não é, infelizmente, a história de um sistema que desde a sua origem tenha visado o predomínio do efeito estético que todo o texto que se quer literário procura edificar. [...] Oscilando entre uma vertente ética moralista e uma vertente estética não raro submersa pela primeira, os textos destinados às crianças foram assim gradualmente compondo um corpus singular de obras que, ao pretender afirmar-se como literatura, falharam no ponto crucial, porquanto sobrepujaram com frequência uma função de cunho apelativo à função poética, matriz e dominante de qualquer manifestação verbal que se deseje literária. Quer dizer, em termos categoriais: a literatura infantil subsistiu durante muito tempo confinada a um desvio da categoria estética do belo como achevé en soi, para a categoria ética e extrínseca do bom.*

Nesta óptica, a escassez de estudos críticos sérios e competentes no domínio que aqui me ocupa não se prenderá também com um problema de estatuto e de afirmação estética da própria literatura para a infância? O facto de muitas vezes esta literatura não conseguir esconder as suas muitas debilidades não estará na origem de um certo desinteresse por parte da crítica? Por outro lado, essa falta de motivação dos críticos não decorrerá também do modo excessivamente adulto, e não raro paternalista e até sobranceiro, como a própria infância — e qua-

se tudo o que lhe diz respeito — é encarada por uma sociedade feita à medida dos adultos?

A promoção e valorização da literatura para a infância e a juventude passa, portanto, pela possibilidade de acesso a uma literatura cada vez mais capaz de renovar a sua linguagem, os seus conteúdos, formas e géneros; mas passa também pela afirmação de uma crítica informada, atenta e respeitadora de algumas especificidades do seu objecto de análise — uma crítica que não o encare fora do campo do literário, e que essencialmente o perspective como objecto estético e não como objecto pedagógico.

Da crítica de matriz universitária, mais especializada e informada, exige-se a coragem de se não fixar apenas nos autores do passado, a coragem de tentar compreender o presente e a evolução/renovação das linguagens. Da crítica de tipo jornalístico espera-se uma maior ambição, ainda que o seu discurso se veja limitado pela específica natureza do meio: jornal, revista, rádio, televisão... Nesse quadro, há-de essencialmente servir como fonte de informação sucinta, capaz de orientar o leitor adulto, de fundamentadamente o ajudar a seleccionar as obras de qualidade de entre os milhares de livros que por ano se editam para crianças. Trata-se de um domínio em que naturalmente se exige uma crítica aberta à diversidade e independente (sem contudo abdicar — tarefa aliás impossível — da subjectividade, da ideologia e até do gosto pessoal do crítico), alheia por isso às pressões de toda a ordem, mais ou menos subtis, que muitos autores e editores exercem sobre o crítico, em especial o que escreve para periódicos, para a rádio ou para a televisão.

Por último, do crítico deste tipo de literatura espera-se, acima de tudo, que rejeite liminarmente os discursos simplistas, nomeadamente sobre o que é literatura para crianças e o que é literatura para adultos. Discursos do tipo daquele que em tempos proferiu o actor norte-americano Bob Hope, não sobre livros, mas acerca de filmes (e ignore-se por momentos a ironia

da frase): se o cavalo é mais esperto que o herói, o filme é para crianças; se o herói é mais esperto que o cavalo, o filme é para adultos (cit. por Pina, 1982).

Instituto Politécnico de Beja, 28 de Fevereiro de 2002

## Referências bibliográficas

- Blockeel, Francesca (2001). *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade*. Lisboa: Caminho.
- Duarte, Silva (1995). *Andersen e a Sua Obra*. Lisboa: Horizonte.
- Frias, Joana Matos (2000). «Manuel António Pina no País das Palavras de Pernas para o Ar», in *Malasartes*, 2 (Abril). Porto: Campo das Letras.
- Gutiérrez del Vale, Diego (1999). «Apuntes para un análisis de la crítica de literatura infantil», in *Peonza*, 51 (Dezembro). Santander: Asociación Cultural QUIMA.
- Jorge, Carlos Jorge Figueiredo (2000). *Jules Verne: O Espaço Africano nas Aventuras da Travessia*. Lisboa: Cosmos.
- Marques júnior, Henrique (1928). *Algumas Achegas para Uma Bibliografia Infantil*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Monteiro, Maria do Rosário Ferreira (1992). J. R. Tolkien — *The Lord of the Rings: A Viagem e a Transformação*. Lisboa: INIC.
- Pina, Manuel António (1982). «Manuel António Pina: o que é literatura infantil?» (entrevista conduzida por Manuel Dias), in *O Jornal da Educação*, 55 (Maio). Lisboa.
- Pires, Maria Laura Bettencourt (1983). *História da Literatura Infantil Portuguesa*. Lisboa: Vega.
- Rocha, Natércia (1984). *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*, Lisboa, ICLP — ME.
- (1987). *Bibliografia Geral da Literatura Portuguesa para Crianças*. Lisboa: Comunicação.
- Vale, Fernando Marques do (1994). *A Obra Infantil de Monteiro Lobato: Inovações e Repercussões*. Lisboa: Portugal-mundo.

